

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 4

RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO

Por:
Ivanice de Oliveira Candido Neres
Jaqueline Budny
Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Ivanice de Oliveira Candido Neres[78]
Jaqueline Budny[79]
Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago[80]

https://doi.org/10.47519/eiae.p6c4

INTRODUÇÃO

A Política de Educação Superior no Brasil tenciona ser compreendida a partir da análise do papel da universidade. Em um país de capitalismo tardio, com características de economia dependente, a universidade se desenvolve a partir das necessidades postas pelo modo de produção capitalista, em meio a seus valores e ao modo burguês de sociabilidade.

O acesso ao ensino superior público no Brasil se constituiu, historicamente, como um espaço de privilégio, com o não fortalecimento de ações de inclusão da população de baixa renda e negros – apesar de serem a maioria da população brasileira. Ainda, a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e, especialmente, na universidade, constitui-se como espaço de luta para a garantia dos seus direitos no ensino público brasileiro; e as populações indígenas permanecem com um percentual de participação muito pequeno no número total de estudantes do ensino superior do país. Diante desse contexto, mostra-se relevante apresentar a experiência de profissionais assistentes sociais que atuam na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sua intervenção, tendo como referência as ações afirmativas, em especial com a implantação da Lei de Cotas - Lei n° 12.711/2012.

No ano de 2012, com a aprovação da Lei de Cotas como marco legal, houve um importante avanço para a democratização do acesso ao ensino superior público, com a obrigatoriedade de destinação de 50% das vagas para estudantes de escola pública, incluindo as subcategorias para estudantes com baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A Lei de Cotas é uma ação de política afirmativa, e as finalidades das ações afirmativas carregam, de acordo com Souza, o objetivo de:

> […] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (Souza, 1999, p.25).

Portanto, as ações afirmativas buscam reduzir as desigualdades sociais para os grupos que por muitos anos não estavam presente nas instituições de ensino como sujeitos de direitos. Piovesan (2008) também faz uma importante conceituação das ações afirmativas, pois descreve que elas:

> [...] se constitui [em] mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igual-

dade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos (Piovesan, p. 890).

No ano de 2022, a Lei de Cotas completou dez anos de implantação no Brasil. Nesse contexto, identifica-se como relevante avaliar os avanços que ela trouxe ao contexto brasileiro nas instituições federais, a partir da mudança significativa no perfil dos estudantes ingressos no ensino superior, com a democratização do direito ao ingresso e permanência, transformando a universidade em um espaço de representação das diferentes camadas da sociedade, com maior diversidade, oportunizando a equidade de oportunidades. Com essas mudanças, houve também a contratação de profissionais que não estavam até então presentes nesse espaço, ou faziam parte em número reduzido no escopo técnico da universidade, como Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos, para atender as demandas geradas por essa nova parcela de estudantes.

Dez anos depois da implantação da Lei de Cotas, identifica-se – a partir da realidade aproximativa, enquanto profissionais assistentes sociais da UFPR, Setor Palotina e campus Toledo – que se ampliou o número de estudantes de escolas pública, pretos e pardos no ensino superior. No entanto, é importante destacar que ainda há necessidade de revisão da Lei, mediante a realidade concreta de muitos estudantes após o ingresso, uma vez que eles encontram dificuldades em permanecer no ensino superior, em decorrência de amplas expressões da "Questão Social" que se manifestam no espaço universitário, tais como rompimento de vínculos com o grupo familiar e fragilidades socioeconômicas familiares, que vão além dos recursos estudantis ofertados para suprir suas demandas.

Considerando a intervenção profissional do Serviço Social na educação superior e as ações afirmativas, o objetivo deste artigo é trazer para reflexão o trabalho do(a) assistente social da Universidade Federal do Paraná, a partir da experiência profissional, em dois campi da UFPR: o Setor Palotina e o campus Toledo, de modo a contribuir para discussão em torno dessa temática no âmbito do Serviço Social. A questão principal é: como esse profissional tem contribuído para a execução das ações afirmativas e da Lei de Cotas na UFPR?

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se de um caminho da revisão bibliográfica para trazer a trajetória das ações afirmativas e da observação participante a partir da realidade vivenciada pelas profissionais na instituição, considerando a realidade concreta, a partir da perspectiva da totalidade. O objetivo é se aproximar da essência dos aspectos que permeiam essa temática, considerando o recorte da realidade da Universidade Federal do Paraná em dois campi do interior, Palotina e Toledo, com foco em dois âmbitos de atuação: a assistência estudantil e bancas de renda e comissões de validação de autodeclaração de raça e etnia.

O artigo traz, inicialmente, a trajetória das ações afirmativas no Brasil e na Universidade Federal do Paraná. Na sequência, buscou-se destacar o trabalho do serviço social e suas contribuições para execução da Lei de Cotas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

As ações afirmativas, antes das primeiras ações nas universidades, passaram a se consolidar com o apoio dos movimentos estudantis, do movimento negro e de parcela da população que identificava como necessárias ações do Estado para reparação de desigualdades históricas étnicos raciais e sociais, a fim de garantir direitos a grupos historicamente excluídos. É importante demarcar que as ações afirmativas passaram a ser discutidas a partir do ano 2000, no cenário internacional e nacional.

À nível mundial, em 2001, foi organizado pelas Nações Unidas a Conferência de Durban, na África do Sul. O evento contribuiu de forma significativa para amadurecimento e fomento de proposições e reflexões sobre a temática da luta contra o racismo e estratégias de combate à discriminação racial. No Brasil, essa discussão se refletiu por meio do movimento amplo de luta pela garantia de direito ao acesso a espaços negados historicamente a negros, indígenas e outros grupos.

No Brasil, segundo Piovesan (2008), a Conferência de Durban se configurou em uma das forças catalisadoras para desenvolvimento das discussões sobre as ações afirmativas. As discussões sobre o tema se ampliaram no Brasil, tanto na preparação para a Conferência como posteriormente, quando se intensificou, por exemplo, o debate sobre a fixação de cotas para afrodescendentes nas universidades.

> Em 2002, no âmbito da Administração Pública Federal, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas que contemplou medidas de incentivo a inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência, como critérios de pontuação em licitações que beneficiem fornecedores que comprovem, desenvolver políticas compatíveis com o programa. No mesmo ano, foi lançado o Programa Diversidade na Universidade, que estabeleceu a criação de bolsas de estudos e prêmios a alunos de instituições que desenvolvessem ações de inclusão no espaço universitário, além de autorizar o Ministério da Educação a estudar, 6 implementar e apoiar outras ações que servissem ao mesmo fim. É neste contexto que que foram adotadas programas de cotas para afrodescendentes em universidades, como foi o caso da UERJ, UNEB, UnB, UFPR, entre outras (Piovesan, 2008, p.892).

Em 2003, destaca-se, ainda, a criação no âmbito nacional da Política Nacional de Promoção à Igualdade Racial, que destacou a importância da implantação de ações afirmativas e determinou o planejamento de atividades que pudessem ser desenvolvidas por meio de pesquisas, visando mapear a população afrodescendente, fortalecendo os projetos criados. Nesse contexto histórico, tiveram início as primeiras ações afirmativas no Brasil, a partir do reconhecimento de que não é suficiente o tratamento genérico e abstrato dos indivíduos, é necessário considerar as particularidades e garantir a determinados grupos uma proteção especial para a promoção dos direitos. Conforme destaca Santos (2003, p. 56):

> […] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferente quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Desse modo, destaca-se que o grande marco legal, na realidade brasileira, na garantia de direitos para o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior público, foi a aprovação da Lei de Cotas, por meio da Lei 12.711/2012. Essa lei representou um ganho significativo na garantia de direitos para o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas; de baixa renda; negros, pardos e indígenas; e estudantes com alguma deficiência nas instituições federais de ensino superior, pois as universidades federais obrigatoriamente tiveram que reservar parte de suas vagas para o ingresso dos diferentes públicos acima mencionados (Brasil, 2012).

Conforme a redação trazida pela institucionalização da Lei de Cotas, em seu Artigo 1°:

> As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [...]Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (Brasil, 2012, s/p).

Desse modo, é importante referenciar que a Lei de Cotas se constitui como uma ação afirmativa que tem em seu bojo a finalidade de reparar desigualdades históricas e promover a igualdade de oportunidade, objetivando uma ação de reparação de processos de exclusão a grupos raciais, étnicos e em situação de vulnerabilidade social, possibilitando-os o acesso democrático às instituições (Piovesan, 2007).

Após a implementação da lei e a primeira década de vigência, pesquisas têm sido desenvolvidas e demostram que o perfil dos estudantes ingressos se alterou, reconfigurando a cara da universidade, pois os estudantes pertencentes a classe trabalhadora passaram a estar no espaço da universidade, e trazendo grupos da sociedade que anteriormente não estavam representados no espaço universitário.

É nesse contexto de mudanças junto às universidades que o(a) assistente social se insere – em espaço sócio-ocupacional de atuação profissional, reconfigurado com novas demandas. Ele(a) busca materializar e consolidar os direitos sociais dos indivíduos/estudantes por meio das políticas sociais, tendo como referência o projeto ético-político, pautado na defesa dos direitos humanos, no combate às desigualdades econômicas, sociais, raciais, sexuais, entre tantas expressões da "Questão Social" que se apresentam no dia a dia das relações. Assim, os(as) profissionais assistentes sociais que atuam nas universidades federais contribuem para a execução da Lei de Cotas em seu cotidiano profissional, seja de maneira direta, seja indireta.

De maneira direta, atuam nos grupos de bancas com equipes multidisciplinares – visando à averiguação da renda social dos estudantes advindos de escolas públicas, cuja renda familiar per capita seja de até 1,5 salários-mínimos –, ou participam de bancas de validação de autodeclaração de raça e etnia, bem como de grupos de trabalho para desenvolvimento de ações

com estudantes indígenas e ou interlocução com grupos da universidade que visam à garantia da inclusão e acessibilidade de estudantes que possuam alguma deficiência. De maneira indireta, participam de ações que contribuam para que esse público permaneça na universidade e conclua a graduação, a partir da inclusão nos programas de assistência estudantil das universidades federais, tendo como referência as dimensões teórico metodológico, técnico-operativa e ético política do Serviço Social.

Ações afirmativas na Universidade Federal do Paraná - UFPR

Conforme descrito no item anterior, as primeiras ações do Estado brasileiro, no trato das ações afirmativas para garantir os direitos de grupos socialmente excluídos historicamente em nossa sociedade, são datadas a partir dos anos 2000, em que nacionalmente recebemos influência das discussões macro, na esfera internacional, sobre as ações afirmativas.

Foi em um contexto de discussões e luta pela implementação das ações afirmativas no Brasil que a UFPR propôs as primeiras iniciativas de ações afirmativas na universidade até a implementação da Lei de Cotas – uma trajetória trilhada com apoio de grupos de estudantes, professores e técnicos educativos, que trabalharam internamente para o desenvolvimento e planejamento de ações que contemplasse a temática a partir da realidade institucional da universidade.

Documentos apontam que as primeiras discussões sobre a implantação de um programa de ações afirmativas, na UFPR, começaram em abril de 2001, com a organização e realização de um Seminário realizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – evento que materializou a aprovação no Conselho Universitário (COUN), em maio de 2004, do "Plano de Metas de Inclusão Racial e Social" (Silva, 2022).

Em 2002, foi nomeada, pelo reitor, a Comissão vinculada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para organização de propostas, já com parâmetros para o vestibular de 2003, com entradas de estudantes ingressos em 2004. Nesse período, foi elaborado a primeira proposta do plano de metas de inclusão racial e social, que teve rejeição do conselho universitário para colocar as propostas em deliberação e discussão da comunidade universitária, com a argumentação de que a temática precisava ser mais amplamente discutida.

Silva (2022) destaca que o grupo se deparou com uma estratégia frequente de grupos que não compactuam com a garantia de direitos e a implantação das políticas afirmativas, utilizando-se de estratégias de protelar as medidas e o diálogo em relação à temática, sob o argumento de que "são polêmicas" e devem ser amplamente discutidas antes de serem implementadas.

No entanto, na contraofensiva a grupos que não concordavam com o planejamento das ações afirmativas na instituição, houve articulações pela via institucional dos grupos internos, em especial os Diretórios Centrais dos Estudantes e grupos de pesquisas sobre a temática, que fortaleceram o diálogo e as discussões.

As primeiras iniciativas institucionais para garantir as ações afirmativas na UFPR passaram por um longo período de discussões, até se consolidarem como Resolução interna, que garantiria a reserva de vagas para o ingresso de estudantes negros, indígenas e estudantes de escolas públicas na universidade. Destaca-se que um dos meios que foi fundamental e de

significativa importância foi o fortalecimento das pautas e a criação de espaços de participações dos(as) estudantes. De acordo com Silva (2022):

> [...] a implantação do sistema de cotas para negros na UFPR se deu a partir do estabelecimento e aprovação do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social pelo Conselho Universitário, ocorridos em 10 de maio de 2004 (Resolução n. 37/04 do COUN). Segundo o Art. 1º desta resolução, foram reservadas 20% das vagas ofertadas a partir do vestibular de 2005, pelo prazo de 10 anos, para "afro descendentes" que se enquadrarem como pretos ou pardos, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20% das vagas para estudantes de escolas públicas (sendo as duas opções excludentes). Para indígenas, a resolução previa número específico de vagas, segundo demanda intermediada pela FUNAI, inicialmente 5 vagas em 2005 e 2006, com ampliação para 7 em 2008 e 2009, chegando a 10 nos anos subsequentes (Silva, 2022, p. 340).

Com a implantação da Lei de Cotas, a instituição passou a utilizar os parâmetros estabelecidos pelo decreto federal para a oferta de vagas na graduação, tendo como referência as categorias raça, renda social, estudante indígena e, em 2016, a inclusão de estudantes com deficiência, reservando 50% das vagas em cursos de graduação para estudantes de escolas públicas que se enquadram nas categorias elencadas pela Lei.

É importante salientar que as ações afirmativas reconfiguraram, de maneira positiva, e democratizaram o acesso dos estudantes negros, indígenas e de baixa renda no ensino superior, principalmente em cursos elitizados. Ter a obrigatoriedade de oferta de vagas para este público, que por muitos anos foi pouco presente na educação superior, representa positivamente, de maneira concreta, um avanço. No entanto, o aumento do ingresso desses grupos ainda não expressa o percentual representado pela população, infelizmente, devido a um processo histórico de desigualdades construídas e reproduzidas na realidade brasileira. Dados dos relatórios internos sobre indicadores dos estudantes que ingressaram na UFPR demonstram que:

> [...] O ano de 2016 foi o de maior percentual de ocupação de vagas das cotas, com ocupação de 38,6% das vagas de cotas escola pública (2,6% acima do total de 36% determinado pela Lei de Cotas) e 10,5% das vagas reservadas a pretos pardos e indígenas PPI, (3,5% abaixo dos 14% determinados pela Lei de Cotas) e 50,9% ocupados pela concorrência geral. Em 2017, os dados são similares e a partir de 2018 observa-se tendência de baixa na ocupação de vagas das cotas, com maior impacto nas cotas raciais (11% em 2017; 10% em 2018; 9% em 2019 e 7% em 2020) e no aumento da ocupação de vagas por concorrentes de "ampla concorrência" (51% em 2016 e 2017; 54% em 2018; 57% em 2019 e 2020) (Silva, 2022, p.356).

Conforme o relatório, o decréscimo a partir de 2017 se dá em função de vários fatores, entre eles a crise econômica de 2015 e a ofensiva neoliberal no âmbito das universidades, que contribuíram para que os estudantes em situação de fragilidade socioeconômica iniciassem suas atividades no mercado de trabalho, para a reprodução social, não tendo condições de ingressar e permanecer na universidade presencial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada tem como finalidade trazer reflexões em relação a temática para o Serviço Social e outros profissionais que estudam a educação, considerando o trabalho do(a) assistente social na execução das ações afirmativas e suas contribuições para a execução da Lei de Cotas na universidade. A pesquisa é de abordagem qualitativa e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e observação participante, partindo da atuação profissional de assistentes sociais no Setor Palotina e no campus Toledo da Universidade Federal do Paraná.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Partimos da compreensão de que a Educação exerce uma função social, que se caracteriza por contradições que demarcam projetos e lutas societárias, as quais não se esgotam nas instituições educacionais, embora seja este um espaço concreto de objetivação. Nesse sentido, o(a) profissional assistente social que atua na área da educação, amparado(a) por seu projeto ético-político profissional, tem como referência a educação compreendida a partir do viés emancipatório, o qual carrega a concepção de uma educação que possibilita aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano, "[...] sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora." (CFESS, 2013, p. 23).

O Serviço Social, conforme afirma Raichelis (2020), caracteriza-se como uma profissão interventiva e inscrita na divisão social, técnica, sexual e étnico-racial do trabalho, atuando em diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais intervêm no intuito de viabilizar a materialização e consolidação dos direitos previstos nas políticas sociais. Dessa maneira, pensar o Serviço Social na educação é também refletir sobre as demandas socioinstitucionais postas a intervenção profissional, que buscam por ampliação das condições de acesso e de permanência da população nas diferentes categorias e modalidades na área da educação.

A atuação do Serviço Social, no âmbito da educação superior, expandiu-se no contexto de criação do Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2006, com a finalidade de ampliar o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2023, s/p)

A partir da publicação do Decreto 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), requisitou-se uma intervenção voltada à implementação de políticas, programas e projetos na área da assistência estudantil, cujos objetivos se norteiam, conforme Art. 2° do referido Decreto, para:

> [...] I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Portanto, é a partir dessa realidade objetiva que se demanda a contratação de profissionais assistentes sociais para atuarem com a implementação, o planejamento e a coordenação de atividades voltadas à área estudantil. Ainda, há que se mencionar a atuação do(a) profissional com o público de estudantes ingresso pelas ações afirmativas, a partir da implantação da Lei 12.711/2012, que contêm o recorte étnico, racial e social e que tem prioridade no atendimento e acolhimento. Como descrito, a Lei materializou uma luta, muito importante pela garantia de direito ao acesso à universidade desse público que por muitos anos foi estiveram fora da universidade.

Os (as) profissionais assistentes sociais, tendo como referência as normativas éticas e políticas da profissão, foram construindo e dando materialidade ao projeto profissional do Serviço Social, neste espaço sócio-ocupacional, com ações interventivas direcionadas à defesa dos direitos sociais dos estudantes, e possibilitando o planejamento e a execução das políticas voltadas ao público estudantil.

A seguir, tratar-se-á dos resultados da pesquisa, partindo da realidade vivenciada e construída por profissionais assistentes sociais que atuam na educação superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SETOR PALOTINA E CAMPUS TOLEDO - CONTRIBUIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DA LEI N° 12.711/2012

O objetivo central deste item é apresentar, brevemente, duas dimensões da atuação do assistente social para execução da Lei de Cotas no Ensino Superior em campus interiorizados da UFPR: a da assistência estudantil e do ingresso dos estudantes pela reserva de cotas social ou racial. Antes de descrever um pouco sobre a atuação profissional na UFPR, Setor Palotina e campus Toledo, é importante contextualizar, brevemente, algumas características desses dois locais.

A Universidade Federal do Paraná iniciou suas atividades em 1912, na capital do Estado do Paraná, em Curitiba, a partir de um projeto idealizado por dois médicos que almejavam criar a primeira Instituição de Ensino Superior do estado, a Universidade do Paraná, inicialmente denominada. Nessa década, as condições para implantação de uma universidade foram sendo amadurecidas com o desenvolvimento da indústria, do setor de serviços e a produção da erva-mate (Siqueira, 2017).

A universidade, no decorrer dos anos, foi se expandindo, sendo acolhida pelo estado do Paraná e contanto com apoio de deputados e prefeitos, e passando por períodos de desenvolvimentos e recuos também, cuja relação histórica se imbrica diretamente ao contexto macro do nosso país.

Os campi de Palotina e Toledo se materializaram com o desenvolvimento de expansão da universidade para as cidades do interior do Estado, Palotina, em 1993, e o campus Toledo, em um segundo momento de expansão da universidade, em 2016.

A Universidade Federal do Paraná, na cidade de Palotina, materializou-se como Setor, com características específicas voltadas à região de produção agrícola, consolidando os

primeiros cursos de graduação: Medicina Veterinária e, posteriormente, Agronomia. Atualmente, o Setor conta com oito cursos de graduação e oito cursos de pós-graduação.

No caso de Toledo, o projeto do campus foi acolhido pela Prefeitura de Toledo no ano de 2015. A cidade foi escolhida em virtude da boa estruturação da rede do Sistema Único de Saúde e da possibilidade de um Hospital novo ser campo de estágio para os estudantes, visto que o campus novo abrigaria o curso de medicina, inicialmente. O campus fez parte de uma das estratégias do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) do Governo Federal. Programas cujo objetivo é fomentar: "[...] a formação de médicos para enfrentar os desafios atuais do Sistema Único de Saúde no Brasil e a necessidade de permanência e fixação de profissionais médicos em áreas onde há carência destes profissionais" (UFPR, 2018, p. 20). Atualmente, o campus conta com o curso de medicina somente.

O Serviço Social da Unidade de Apoio Psicossocial (UAPS) Setor Palotina e UAPS do campus Toledo, unidades inseridas na Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), têm por objetivo – por meio do desenvolvimento das ações profissionais, referenciado pelas políticas sociais de inclusão social, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil, no âmbito da educação de nível superior – contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e auxiliar na permanência dos estudantes na universidade durante o período da graduação.

Parte das ações desenvolvidas pela PRAE é regulamentada pela Resolução nº 31/09 - Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção aos estudantes de graduação e ensino profissionalizante da Universidade Federal do Paraná (PROBEM) do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD), tendo como público principal os estudantes oriundos de famílias que possuem fragilidade socioeconômica e que não possuem ou têm dificuldade para manter esses estudantes na Universidade. O PROBEM proporciona, por meio de Editais, auxílio financeiro aos estudantes que recebem até um salário-mínimo e meio per capita e não tenham graduação anterior. No programa são oferecidos auxílio-permanência, auxílio-moradia, auxílio-refeição e auxílio-creche.

Dentre as ações executadas pelos(as) profissionais assistentes sociais na UFPR, Setor Palotina e campus Toledo, pode-se descrever a realização de avaliação socioeconômica para os auxílios PROBEM, a fim de identificar e atender aos estudantes que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade econômica e social do grupo familiar, para o recebimento dos auxílios da UFPR, cuja avaliação objetiva aproximar da realidade social dos estudantes, buscando ir além de uma avaliação documental, mas uma avaliação social a partir de critérios que demarcam indicadores de vulnerabilidade social, utilizando recortes (gênero, raça, doença crônica no grupo familiar, famílias incluídas em programas sociais, pessoa com deficiência no grupo familiar, famílias cuja mãe é principal provedora, rompimento de vínculos, histórico de violência e histórico de drogadição). Esses critérios possibilitam a configuração de uma análise para além das exigências documentais e institucionais, pois contribuem para uma avaliação social que integra aspectos diversos que permeiam a realidade familiar dos estudantes.

Para além das avaliações socioeconômicas para a inclusão dos estudantes aos auxílios, as(os) profissionais realizam atendimentos individuais e escuta qualificada, junto à comunidade estudantil, identificando suas demandas e necessidades, para assim proceder com

os encaminhamentos que se fazem necessários, tanto internos como externos à universidade. Os(as) profissionais do serviço social realizam também a orientação sobre os direitos instituídos no âmbito da Assistência Estudantil da UFPR e identificam equipamentos sociais disponíveis nos municípios e ou territórios diante das demandas estudantis que se apresentam.

O público atendido pelo Serviço Social também compreende estudantes advindos de Vestibulares específicos, como o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná e o Vestibular para Refugiados. Esses vestibulares se constituem em ações institucionais locais de execução das ações afirmativas. Esses estudantes possuem direitos respaldados em Resoluções específicas dentro da Universidade, que devem ser observadas no atendimento às demandas que trazem aos profissionais.

Os estudantes indígenas, os refugiados, aqueles que possuem alguma deficiência, os negros e demais estudantes em vulnerabilidade contam com o atendimento de unidades especializadas no planejamento da política de acesso e atendimento aos estudantes. Essas unidades são integrantes da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), criada em 2017, e estão centradas mais diretamente em Curitiba, dificultando o atendimento de forma mais completa aos estudantes dos campi do interior, exigindo do trabalho profissional dos(as) assistentes sociais das UAPS um maior esforço para intermediar atendimentos necessários às demandas desses estudantes na interlocução com a Superintendência de Inclusão.

Destaca-se, ainda, a participação dos(as) profissionais com a implementação da Lei de Cotas diretamente nas bancas para avaliação de renda social dos estudantes ingressos pelas ações afirmativas e a participação nas bancas de validação de autodeclaração de raça e etnia. O processo de participação em tais bancas é visto como um momento precioso ao Serviço Social, que se vincula desde então ao estudante, conhecendo sua trajetória social, aspectos culturais, características específicas regionais da sua cidade de origem e identifica demandas para as intervenções profissionais.

As bancas de validação de autodeclaração de raça e etnia e as bancas de renda social não estão previstas na Lei de Cotas. As bancas de validação de autodeclaração de raça e etnia foram adotas pelas instituições de ensino federais como um instrumento de auxílio para evitar fraudes nas cotas; para evitar que estudantes que não são negros, pardos ou indígenas acessassem por meio das cotas tais vagas.

> Para tentar evitar fraudes no sistema de cotas, especialmente nas subcotas étnicoraciais, muitas universidades federais, pressionadas principalmente pelos movimentos sociais negros, por alguns/mas estudantes negros/as (organizados/as em coletivos ou não), alguns/mas professores/as e pesquisadores/as negros/as (especialmente os membros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs), entre outros atores sociais (SANTOS e NUNES, 2019; SANTOS e FREITAS, 2019a), têm buscado instituir Comissões de Verificação da Autodeclaração Étnico-Racial e/ou Comissões de Validação da Autodeclaração Étnico-Racial como instrumentos de fiscalização e/ou controle da política pública determinada pela Lei nº 12.711/201213 (Santos, 2021, p. 15).

Tais bancas ou comissões foram adotadas pela UFPR. As comissões de validação de autodeclaração de raça e etnia possuem respaldo normativo na Resolução 20/17 do Conselho

de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE). Essas comissões são formadas, conforme o artigo 6º, por três (3) representantes titulares e três (3) suplentes docentes, técnicos-administrativos e discentes e por um (1) representante titular e um (1) suplente da comunidade externa – tanto em Curitiba quanto no interior deve ser seguida essa composição. Ainda, a Resolução estabelece que os membros devem ter vínculo com grupos de pesquisa, núcleo de estudos ou movimentos ligados a questão étnico-racial, ou, se não houver, pelo menos, é necessário que se tenha proximidade com a temática (UFPR, 2017, s/p). Essas validações acontecem antes do vestibular e caso o estudante não tenha deferida sua autodeclaração ele pode optar por outra categoria da Lei de Cotas.

Sobre a avaliação de renda, a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, define em seu artigo 8º que deve ser realizada avaliação socioeconômica para os estudantes que ingressarem por essa modalidade, mas não orienta sobre o(a) profissional que deve executar tal avaliação. Também, indica a possibilidade de realização de entrevistas, visitas ao local de domicílio e consulta a outros cadastros que tenham informações socioeconômicas do(a) estudante (MEC, 2012, s/p).

Até início de 2020, período anterior a pandemia de COVID-19, as bancas de avaliação de renda eram realizadas por profissionais de diferentes formações e cargos, nomeados pelo Reitor e indicados pelo Setor e Campus. No Setor Palotina e em Toledo, as assistentes sociais faziam parte das bancas de renda e a assistente social da UAPS Palotina, também, participava e participa da comissão de validação de autodeclaração de raça e etnia. As assistentes sociais faziam parte de tais comissões ou bancas, tanto pelo reconhecimento institucional de que este seria o profissional mais indicado para tal avaliação como por opção das profissionais que ali atuam. Após a pandemia, as comissões de validação se unificaram em uma única comissão com membros de diferentes locais e passaram a ser totalmente online. Já a avaliação de renda passou a ficar a cargo somente da comissão de registro acadêmico do Núcleo de Concursos em Curitiba, sendo o processo realizado todo online também. Não se encontrou informações a respeito da composição da última comissão.

Compreende-se que ambos os espaços das comissões se constituem em espaços de atuação do(a) assistente social. No caso das comissões de validação de autodeclaração, é possível que o(a) profissional atue desde que tenha vínculo ou proximidade com a temática, visto que se constitui um espaço de garantia de direito da população usuária e de vigilância da devida execução da Lei de Cotas.

É possível vincular essa atuação aos princípios éticos profissionais do Código de Ética do assistente social, que acompanham o cotidiano profissional e propiciam finalidade nas intervenções, como o princípio VI que enfatiza o "Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito a diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;"(Brasil, 1993, s/p), e que vai ao encontro de um dos papéis da Lei de Cotas e das comissões de validação de autodeclaração.

No caso do campus Toledo, a profissional assistente social não atuou nessa comissão de validação de autodeclaração de raça e etnia, visto não ter nenhum dos requisitos citados na Resolução 20/17-CEPE. Na época, pré-pandemia, houve certa "pressão" institucional pelas unidades responsáveis por montar as comissões para que algum profissional do campus, tanto

do Serviço Social como de outras áreas, ingressasse nelas, visto a necessidade colocada pela mesma Resolução de ter comissões nos campi do interior. Porém, como nenhum dos profissionais atendia as próprias especificações da Resolução – ter vínculo ou proximidade com a temática – argumentou-se que isso não seria possível e, por fim, a comissão do Setor Palotina, assumiu tal demanda – local em que havia profissionais habilitados, como a autora deste artigo, a qual pertence a UAPS/Palotina.

Apesar de ser um espaço de possibilidade de atuação do assistente social, como citado anteriormente, é necessário se posicionar quando não há conhecimento sobre tal matéria, visto que o desconhecimento pode prejudicar o acesso da população foco da Lei de Cotas.

Quanto ao espaço das bancas de avaliação de renda, as profissionais de ambos os locais participaram dessa experiência. Nesse momento, era possível conhecer o estudante e, para além da avaliação socioeconômica, orientá-lo quanto aos auxílios estudantis existentes na instituição. Nessas bancas, diferente das de validação de autodeclaração, a avaliação e resposta ao estudante é dada na hora e elas acontecem após o vestibular. Sendo assim, caso fosse indeferida a avaliação, o estudante não possuía direito a fazer uma opção por outra categoria do vestibular. Havia, a opção de recurso, mas sendo negado novamente, perdia-se a vaga no curso pretendido.

Pode-se destacar que nessas bancas de avaliação socioeconômica, o(a) assistente social, por competência e experiência adquirida na avaliação para os auxílios estudantis, possui um olhar para além da documentação a apresentada, podendo obter, na breve entrevista realizada com o estudante, informações importantes sobre a sua dinâmica familiar.

Ao observar o que a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, diz que a comprovação da renda familiar deve ser realizada mediante avaliação socioeconômica, com possibilidade de realização de visitas ao local de domicílio do(a) estudante, realização de entrevista e consulta a outras bases de dados socioeconômicos, e o que a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social nº 8.662, de 7 de junho de 1993, aponta que realizar estudo socioeconômico é uma das competências do profissional assistente social, pode-se problematizar a seguinte questão: esse espaço se constituiria local de atuação prioritariamente do assistente social?

Essa é uma discussão que se compreende como necessária para a categoria, tanto dentro da UFPR como nas demais instituições de ensino superior, visto que pode ter um impacto direto na devida execução da Lei de Cotas. Tendo o(a) assistente social competência de realizar um estudo socioeconômico, esse(a) profissional está habilitado(a) para avaliar estudantes que pleiteiam tal vaga para além dos cálculos e da documentação de renda, olhando para sua realidade como um todo complexo, assim como é realizado nas avaliações para os auxílios estudantis.

O momento do registro acadêmico durante a matrícula para estudantes que ingressam por cota social também se torna um momento em que o(a) profissional assistente social, ao realizar a avaliação socioeconômica, vincula-se a esse público que é uma prioridade para a assistência estudantil. Este acaba por ser um momento em que os(as) profissionais do serviço social se aproximam da realidade do(a) estudante e realizam a orientação à comunidade estudantil sobre os direitos instituídos no âmbito da Assistência Estudantil da UFPR.

As intervenções profissionais têm como objetivo possibilitar a efetivação dos direitos dos estudantes, a partir da execução de ações que propiciam a inclusão, o acompanhamento da realidade social em que eles se inserem – realidade esta permeada por múltiplas determinações culturais, sociais e econômicas, as quais são específicas a cada um – e que, no período da matricula com os estudantes que ingressam por cota renda social, contribui para a democratização das informações dos serviços e direitos instituídos na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a caminhada que a pesquisa possibilitou sobre a realidade institucional para a implementação da Lei de Cotas, nº 12.711/2012, e as intervenções dos(as) profissionais assistentes sociais nesses dois espaços de atuação socioprofissional, identifica-se que é de extrema importância a continuidade da Lei e de ampliações de ações afirmativas. Avalia-se que essas ações, de maneira efetiva, impactam diretamente nos indicadores de democratização ao ensino superior federal, reconfigurando o espaço da universidade e a realidade de famílias, que tiveram seus primeiros membros a ingressarem no ensino superior.

O(a) profissional assistente social muito contribui nesse espaço, a partir da perspectiva crítica dialética, referenciada por um projeto profissional, atua com a execução da Lei e com o grupo de estudantes incluídos por meio da efetivação desses direitos voltados às ações afirmativas. Mediando e enfrentando as questões que chegam em relação à análise da renda, às situações de concepção étnico-raciais, às questões de deficiência e ao indígena. Situações estas que têm solicitado, por parte da equipe, qualificação nas áreas para eliminar equívocos que podem afetar profundamente a vida do(a) estudante.

Avalia-se, também, que para fortalecer a continuidade da Lei, é necessário que se avance nos aspectos jurídicos, para inclusão, por exemplo, das Comissões de validação de autodeclaração de raça e etnia na Lei de Cotas, para que haja a garantia de continuidade da utilização desse instrumento, com o fim de garantir o acesso de fato ao público a quem se destina a Lei e evitar possíveis fraudes que possam ocorrer ao se manter somente a autodeclaração, como preconizado na Lei.

Considera-se de extrema importância a atenção no trato da temática da avaliação socioeconômica no que se refere ao acesso via Lei de Cotas. É necessário discutir os caminhos que têm tomado os processos avaliativos, os quais quanto mais qualificados na ampliação do conhecimento, maior a garantia dos direitos postos em questão.

Sobre a assistência estudantil, uma vez que o PNAES se constitui como um Decreto Federal que abarca as universidades públicas federais, observa-se a necessidade de que este se constitua enquanto Lei e que abarque também outras universidades públicas, como as estaduais, o que possibilitaria maior segurança para a manutenção dos auxílios estudantis. Afinal, há de se destacar que ao mesmo tempo em que há movimentos que lutam para que esses direitos sejam garantidos, há conflitos ideológicos de poder com a classe dominante que busca o não reconhecimento desses direitos, por finalidades claras de manter privilégios.

Identifica-se a necessidade de divulgação ampla dos indicadores e monitoramento dos dados que apresentam a democratização do ingresso da classe trabalhadora no espaço da universidade, para que a população identifique os impactos da implementação das ações afirmativas.

Acredita-se, ainda, que os coletivos estudantis precisam estar fortalecidos para as articulações junto às gestões das universidades, para terem conhecimento das deliberações sobre a temática das ações afirmativas, para reivindicar por recursos orçamentários a fim de que os programas de assistência estudantil tenham continuidade, bem como para lutar contra os ataques à educação superior – a exemplo do último quadriênio, em que a política de educação passou por retrocessos e desprestígios na valorização, com os contingenciamentos frequentes de recursos para universidades na linha da desvalorização da ciência.

Por fim, compreende-se que refletir sobre o trabalho do Serviço Social nas ações afirmativas no Ensino Superior é essencial para que se possa contribuir de maneira qualitativa para o planejamento e execução dessas ações de modo a possibilitar a garantia do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 18, de 11 de outubro de 2012** - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei. Acesso em: 21 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília, DF, 2013.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

CARREIRA, D.; HERINGER, R. **10 anos da Lei de Cotas**: Conquistas e perspectiva. Organização. Rio de Janeiro. Faculdade de Educação- UFRJ, 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, abril de 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt. Acesso em: 20 set. 2022.

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas no Brasil**: desafios e perspectivas. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/644.pdf. Acesso em: 19 set. 2022

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2020.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, S. A. dos. Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial: *lócus* de constrangimento ou de controle social de uma política pública? **O Social em Questão**, [S. l.], ano XXIV, n. 50, maio/ago. 2021. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/52256/52256.PDF. Acesso em: 07 jul. 2023.

SILVA, P. V. B. Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros, Estudo de caso da UFPR. *In*: **10 anos da Lei de Cotas**: Conquistas e perspectiva. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação-UFRJ, 2022.

UFPR. Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD). **Resolução nº 31/09.** Regulamenta o Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção aos estudantes de graduação e ensino profissionalizante da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wpcontent/uploads/2016/07/resolucao_coplad_31072009-532.pdf. Acesso em: 03 jun. 2022.

UFPR. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução nº20/17.** Estabelece procedimentos e critérios para validação de autodeclaração dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação e de educação profissional da UFPR e dá outras providências.

UFPR. Campus Toledo. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Toledo, 2018. Disponível em: http://www.toledo.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/PPCMedicina-Toledo-2018.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357